

L E I nº 3.193/2012

Data : 22 de março de 2012.

Súmula: Autoriza o Poder Executivo Municipal a outorgar à Associação "Comunidade Católica Fruto do Espírito", desta cidade, Concessão de Direito de Uso de Imóvel e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a outorgar à ASSOCIAÇÃO "COMUNIDADE CATÓLICA FRUTO DO ESPÍRITO", desta cidade, associação sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 07.342.745/0001-88, com sede na Rodovia Tsuneto Matsubara, Km 01, Fazenda Santa Rita, nesta cidade, concessão de direito de uso do imóvel, com a área de 852,74 m² (oitocentos e cinquenta e dois metros e setenta e quatro centímetros quadrados), com a seguinte descrição: "um terreno partindo do ponto 01 medindo 30,00 m (trinta metros), confrontando-se com a Avenida Francisco Alves Pereira, até o ponto 02, onde deflete a direita e segue distância de 39,39 m (trinta e nove metros e trinta e nove centímetros), confrontando com o Lote 23, até o ponto 03 onde deflete a direita e segue distância de 37,16 m (trinta e sete metros e dezesseis centímetros) confrontando com os Lotes 13 e 14, até o ponto 04, onde deflete a direita e segue distância de 17,46 m (dezessete metros e quarenta e seis centímetros) confrontando-se com Terras da Associação Jardim Ana Rosa até o ponto 01, onde iniciou essa medição totalizando uma área de 852,74 m² (oitocentos e cinquenta e dois metros e setenta e quatro centímetros quadrados), o qual passara a denominar-se de Lote 24", destacada de uma área maior de 2.014,00 m² (dois mil e quatorze metros quadrados), a que se refere a Matrícula nº 8.220, do Cartório do Registro de Imóveis desta Comarca de Bandeirantes(PR).

Art. 2º - A concessionária se obriga a construir no imóvel a sua sede social e ali desenvolver atividades religiosas, educacional, cultural, espiritual, assistencial e de prestação de serviços sociais e comunitários.

Art. 3º - A concessionária deverá iniciar a construção no prazo de 06 (seis) meses, a contar da data da vigência da presente lei, e concluí-la no prazo de 12 (doze) meses, sob pena de considerar-se rescindida de pleno direito esta concessão de direito de uso e reverter o imóvel ao Município, com as edificações eventualmente acrescidas, sem que nenhum direito haja para a concessionária a título de retenção por benfeitorias, indenização ou qualquer outro.

§ 1º - A concessão contida no "caput" deste artigo será pelo prazo de 10 (dez) anos, a contar da data de vigência desta Lei.

§ 2º - Expirado o prazo estabelecido no parágrafo anterior, ensejará a formalização da escritura pública definitiva de doação à concessionária, que será outorgada pelo Município.

§ 3º - A presente concessão de direito de uso do imóvel, descrito no art. 1º desta Lei, é em caráter temporária, pessoal e intransferível, salvo com expressa anuência do Município.

Art. 4º - A presente concessão de direito de uso será considerada rescindida de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial, nos termos do art. 127 e 128 c/c o art. 390 do Código Civil, revertendo a posse do imóvel ao município, acrescida de suas benfeitorias, caso a concessionária ceder no todo ou parcialmente, o imóvel, objeto desta Lei, a qualquer título, ou der destinação diversa da constante no art. 2º desta Lei, sem expresse consentimento do Município.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 22 de março de 2012.

Celso Benedito da Silva
Prefeito Municipal